

Inquietações no governo

O Presidente Itamar Franco, seus ministros da área econômica e os próprios parlamentares ligados mais de perto ao Governo estão inquietos e têm toda razão para assim estarem, com a elevação dos índices de inflação, o que é natural. O campo de manobra do governo, numa situação como a brasileira, em que a inflação mensal se aproxima da casa dos 30%, é muito estreito. O Presidente da República é contra as elevadas taxas de juros que inibem o desenvolvimento econômico e que, no fundo, abrem caminho para mais recessão e desemprego. É um círculo vicioso em que ingressou a economia nacional, desde os idos de 80. Como sair dele, eis a questão. Milagres, como o Plano Cruzado, de Dilon Funaro, demonstraram, à exaustão, que possuem pernas para vãos curtos. Causam mais frustração ao seu final do que as alegrias que alimentam, por ocasião de seu lançamento.

É pouco provável que a inflação venha a cair, a níveis toleráveis, a não ser que suas causas sejam combatidas em suas origens. Não adianta tergiversar. O Brasil só alcançou as mais altas taxas de crescimento econômico na década de 70, graças às medidas impopulares implantadas pela dupla Roberto Campos-Octávio Gouveia de Bulhões logo após 64. O que se pode dizer em resposta a essas alegações é que o programa econômico de Bulhões e Campos foi adotado em pleno regime de exceção. Mesmo assim, o então presidente Castello Branco quase foi deposto e obrigado a decretar contra sua vontade o A.I. 2, não por motivos políticos, mas pela impopularidade que provocavam,

até mesmo nos quartéis, as medidas de saneamento econômico duras do seu governo. As explicações e interpretações dadas para a edição do A.I.2 são todas políticas, mas foi o recurso de que Castello se valeu para reforçar sua autoridade, enfrentando as resistências, localizadas notadamente em São Paulo, contra as medidas econômicas da dupla Roberto Campo Bulhões.

O que se pergunta é como aplicar em pleno regime democrático um plano saneador da economia, que implica geralmente recessão e desemprego, num país como o nosso em que as carências são grandes por parte da maioria da população? Este tem sido o desafio com o qual têm lidado todos os sucessivos governos do Brasil durante o período de normalidade democrática. Com isso, volta-se à questão de que se não forem promovidas reformas substanciais, que modifiquem nossos atuais hábitos políticos, notadamente no Congresso e nos partidos, nenhum governo terá meios de realizar qualquer política coerente no campo econômico. Na Câmara, nós não temos 16 ou 17 partidos, mas 503, porque cada deputado se julga independente para tomar as decisões políticas que julga mais conveniente a seus interesses. Observem-se as dificuldades que o Palácio do Planalto enfrenta no momento para aprovar o ajuste fiscal, sem o que as condições de governabilidade do País se tornarão praticamente inexistentes. Isso era dito ao final do governo Collor e adquire caráter de maior veracidade nos dias atuais, porque os problemas econômicos adquiriram nova dimensão e profundidade.